



Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

vol. 36 | 2017

As formas da História das Ideias (em homenagem a José Esteves Pereira)

fronteiras por Literatura e História

F. Pessoa: *Sursum corda* Alemanha-Portugal

fronteiras por Literatura e História

Fernando Ribeiro



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/3753>

DOI: 10.4000/cultura.3753

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 janeiro 2017

Paginação: 299-308

ISSN: 0870-4546

Referência eletrónica

Fernando Ribeiro, « F. Pessoa: *Sursum corda* Alemanha-Portugal », *Cultura* [Online], vol. 36 | 2017, posto online no dia 03 dezembro 2019, consultado a 08 janeiro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/3753> ; DOI : 10.4000/cultura.3753

Este documento foi criado de forma automática no dia 8 janeiro 2020.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

fronteiras por Literatura e História

F. Pessoa: *Sursum corda* Alemanha-Portugal

fronteiras por Literatura e História

Fernando Ribeiro

I

- 1 No cerne deste ensaio – sobre aspectos do pensamento de Pessoa sobre a melhor estratégia para recuperar o conceito de «Império», e respectiva declinação – encontram-se uma análise do conceito de «Império de Cultura» como forma de potenciar a entrada de Portugal na época moderna europeia e uma reflexão sobre a interação entre literatura e história no Portugal da I República (1910-1926), vista por F. Pessoa. Trata-se de ponderar sobre as fronteiras entre «cultura-território-evolução» da comunidade nacional em contexto europeu para a época vindoura, a partir do paradigma político português que Pessoa define por meio de invectivas ao régimen político coevo e respectivas posturas face à I Grande Guerra. Consequentemente, cabe indicar que o conceito de «Império» não se toma aqui no seu sentido metafórico, mas justamente no «literal», isto é, o histórico.
- 2 Precisamente por em «O Sentido do Sidonismo» o próprio Pessoa afirmar não existirem factos, tão-só interpretação e argumentação dos e sobre os mesmos (Pessoa 1979a, 241), o autor posiciona-se no cruzamento entre literatura e história. Nesta medida, encontra-se em sintonia com o que decorre do paradigma singular do leitor moderno do respectivo estatuto como unidade complexa construída pelo narrador-tecelão da trama num mundo ficcionado, no qual o leitor colhe o mundo análogo e no seio do qual vive igualmente (Vietta 2007, 23, 27). Sendo assim, este leitor activo – interactivo – é charneira num ritmo dinâmico (Schutte 2005, 186), comprovando a ineficiência do conceito literário de «a arte pela arte», que o próprio Pessoa também não perfilhava. Antes, afirmava-se defensor da utilidade literária funcional que não despreza a constante superação de fronteiras entre existências dos mundos histórico e ficcional,

para o que recorre ao conceito de «insinceridade» apropriado à arte dramática de Shakespeare, como se constata no n.º 3 de *Sudoeste*, 1935 (Pessoa 1986z, 236-7; Schutte 2005, 189). Defendia assim uma espécie de contrato implícito na utilização partilhada do veículo linguagem literária no seio da cultura escrita (Schutte 2005, 185) para que a superação de fronteiras potencie o acesso do leitor a uma forma de realidade superior em sua existência (Schutte 2005, 189). Na verdade, o modo tão prático quão moderno de recuperação da intensa função social da literatura centra-se na forma de problematizar as fronteiras entre a coeva e a futura realidade sócio-histórica na nação de Portugal. Em nosso entender, a arte literária de Pessoa estará relacionada com a dimensão moderna respectiva porquanto repercutirá o modo prático de também «pensar-sentir» Portugal através dela – não fingindo enquanto putativamente finge.

- 3 Tendo sempre em mira Portugal e a sua administração política de ideologia republicana e democrática propugnada pelas forças partidárias contrárias ao regímen monárquico deposto (5 de Outubro de 1910), Pessoa coloca pertinentes questões que se prendem no essencial com a melhor forma de governo ou, ainda, com a melhor forma de aceder à condição de nação, país, homem, modernos em Portugal. Em «Ultimatum» (1917) não deixa A. Campos de suscitar esta mesma interrogação, por meio de outro registro, ao pretender propor um modelo de modernidade face à tradição clássica: «O Superhomem será, não o mais forte, mas o mais completo» (Pessoa 1986z, 98). Pessoa retomava assim esses conceitos de pátria, nação, império e formas de administração política respectivas, com o propósito explícito de os consolidar face ao enfraquecimento que julgava estar a ocorrer na época coeva e ao risco de acabarem desvanecidos. Nessa medida, tornam-se essenciais ao discurso de Pessoa sociólogo. Não menos crucial se revela o modelo político germânico, cuja imitação é tida por vantajosa para Portugal. Tal preferência surge, também, iniludivelmente comprovada nos escritos.
- 4 Pessoa defendia, também como sociólogo, o emergir de uma Europa moderna, no seio da qual (1) unificar, (2) cindir concomitantemente em pequenas forças, (3) reconverter sob a autonomia das cidades-estado, (4) consolidar organizadamente as suas almas individuais (Pessoa 1993, 273) fossem eco de uma *opinião pública*. Enquanto observador crítico da sociedade portuguesa coeva, a seu ver, falha em cultura clássica (Pessoa 1993, 273) pela predominância de uma cultura cristista, essa opinião pública seria voz em Portugal na defesa de uma construção social futura, distinta da existente e já não assente nos ideais revolucionários gauleses como os de «liberdade, igualdade, fraternidade». Desse modo para Pessoa, seria banida a «tragédia de Portugal» (Pessoa 1979b, 80-2). Conceitos-chave como os de «organização» e «construção» são introduzidos enquanto diferenciadores de elite-de-cultos: o escol cujo escopo prático se confundiria com a salvação da sua Pátria (Pessoa 1979b, 80-2), i.e., com a recuperação do Império luso, pelo qual Portugal sempre se definira na Europa e no mundo (Pessoa 1980, 238), bastando para tal tão-somente ser recuperado o espírito das Descobertas «com orientação metódica e científica» (Pessoa 1980, 202-3).
- 5 Criador empenhado na palavra prática, ainda enquanto sociólogo, Pessoa oferece uma mundividência polémica o bastante para suscitar a consternação natural emergente, por não escamotear encómios à nação cuja emulação Portugal não deveria desdenhar caso quisesse «organizar o império» com a urgência imposta pelo afirmar do seu carácter moderno (Pessoa 1980, 238): «A alma portuguesa deve estar com a alma alemã» (Pessoa 1980, 199).

- 6 A nação alemã é enaltecida por Pessoa quando este defende (1) assentar o império germânico em sistemas de estado e de governo que, por dimanarem da «disciplina social», se manifestem em «consciência civilizacional» de si próprios (Pessoa 2000, 110; Pessoa 1980, 238) e (2) encontrar entre alemães e portugueses a partilha dessa singularidade: esperar sempre «pela voz de comando» da autoridade – tal qual enuncia em «Crónica da Vida que Passa II», publicada no nº 5 do *Jornal*, de 8 de Abril de 1915 (Pessoa 2000, 109). Desta aproximação, decorre a configuração da imperiosidade de duas necessidades: (1) uma pátria de individualidade nítida e (2) uma nacionalidade incólume a um devir, cuja realização apenas se deverá a uma orientação «metódica e científica» (Pessoa 1980, 238; 202-3).
- 7 Isto por, seguramente, considerar o regímen republicano português (1) ser vítima de volubilidades acérrimas; (2) ser avesso a uma cultura civilizadora, universalista (Pessoa 1980, 237) e clássica; e (3) rejeitar o bastante a «repaganização do mundo moderno» – natural e igualmente do agrado de Pessoa (Pessoa 1993, 273). É notória, em contrapartida, a constante predileção de Pessoa pelo regímen federativo, suficientemente organizado, o qual se lhe afigura incompatível com ideais por si considerados suficientemente colectivistas e promotores de uma cultura massificante, demagógica o bastante para enfraquecer a *opinião pública* nacional, decisiva, como vimos, para a consolidação do regímen moderno de raiz pagã clássica, e humanista o suficiente para fortalecer a consciência do homem moderno.

II

- 8 Resta saber em função de quê Pessoa propõe um regímen político bem diverso do apresentado por republicanos apostados em fazer gerar um Portugal também moderno. Não deixa afinal de apresentar o seu Portugal, quer interna quer externamente, influente o bastante para persuadir a comunidade internacional do trilha inexorável a ser observado por uma nação antiga, refazendo a sua modernidade num momento histórico tão oportuno quanto de vigor político emergente. Importava internamente, quer fortalecer a aristocracia, quer anular a ineficácia da plebe, quer ainda debelar o «burguesismo nacional» (Pessoa 1986a, 141). Organizar Portugal. Reconquistar a consciência patriótica. Desenhar um grande momento nacional de amplitude monumental assim em 1918-19, em «O Preconceito Revolucionário» (Pessoa 1986a, 168). Pessoa sentia Portugal destinado ao papel de grande potência identificada pela sua missão civilizadora, tal como tinha sido outrora, aquando das Descobertas – período durante o qual primara pela consecução da «ideia de descoberta» (Pessoa 1986x, 177-8). Assim sendo, já não importava mais cumprir com os modelos de Imperialismo colonizador de «Expansão» ou de «Domínio» (Pessoa 1986x, 173-6, 180). A lição da História exigia que Portugal assimilasse a modernidade, cumprisse com o «imperialismo de influência» e firmasse culturalmente uma alternativa à ideologia «igualitária» de origem gaulesa, pela qual o indivíduo provido de livre-arbítrio se arvorasse ao estatuto divino sem para tal deixar de apelar ao fanatismo, à intolerância ou à sentimentalidade, o que configurava uma decadência óbvia grassando pela Europa coeva, segundo (Pessoa 1986x, 170-171, 178-180). Assim, advogando um paganismo superior assente na inteligência essencial a toda a civilização, Pessoa critica toda a obsessão por qualquer acção política que anule o paradigma do *modus vivendi* grego face ao romano: o individualismo; consequentemente, enaltecendo a revitalização do culto

grego da razão crítica, aplaude a recuperação, à luz do período da Renascença, da racionalidade, da harmonia e da objectividade indispensáveis ao desenvolvimento do espírito científico, comercial e cosmopolita, fautores da universal liberdade na Europa moderna, de cuja liderança Portugal não se deveria eximir (Pessoa 1986a, 118-123, 131).

- 9 Nesse caso, Portugal só se poderia distinguir na sua determinação espiritual se a organização e a compressão mínima da liberdade estivessem de par em par, anulando a exclusividade das massas populares como factor preponderante de influência civilizacional (Pessoa 1986a, 122). A missão espiritual, segundo Pessoa, esgotar-se-ia na concretização de um paradigma anticristão, antidemocrático, antecatólico, antimonárquico (Pessoa 1986a, 122, 142). Este mesmo paradigma, uma vez associado à organização pujante da produção industrial e da gestão comercial como consequimento de uma educação da alma nacional com base na disciplina e no trabalho, como reconhecia acontecer na sua Alemanha coeva, só poderia comportar uma existência individual baseada no esmero esforçado – sustentado também pela alegria, como refere em «A Guerra Alemã » (Pessoa 1986a, 131). Por isso mesmo defende a emulação do modelo alemão pelo português, por muito que esteja ciente das pretensões europeias da nação germânica como causadora da I Grande Guerra, não sem deixar de reconhecer o contributo do Estado alemão para debelar a decadência, consolidar o espírito do paganismo e estimular o aparecimento de princípios indispensáveis à modernidade da Europa: 1) a Civilização acima da Pátria, 2) o Indivíduo acima do Estado, 3) a cultura acima da disciplina, 4) o culto do patriotismo em todas as nações, 5) o surgimento de indivíduos edificadores de Estados fortes, 6) uma cultura forte propiciadora de disciplina forte, 7) a edificação de uma civilização grande (Pessoa 1986a, 132-4). É natural que Pessoa estivesse apostado em pugnar por um império português reformador o bastante para, internamente, nem hostilizar ricos, nem pactuar com barbaridades, e, externamente, conduzir a uma mudança qualitativa «em todo o Mundo» assente numa fraternia, exprimindo-se «por meio de comunicação igual» (Pessoa 1986x, 179). Considerava assim restar a Portugal superar-se, criando uma literatura elevada a potência superior, para a qual a língua portuguesa seria instrumento de distinção nesse «Imperialismo de Poetas» adentro de uma atitude política (Pessoa 1986x, 178-9).
- 10 Pessoa entende a arte como «fenómeno social» – não é apenas A. Campos quem o declara –, o qual, como actividade superior, assim como a religião e a política, envolve a ideia de «domínio» (Pessoa 1986z, 231-2) e de subjugação – «modo antigregário de dominar ou vencer» (Pessoa 1986z, 232). Respeitando o rigor devido a Pessoa-Campos: a arte subjugava por comungar com a vida a força ou energia naquela manifesta por se basear na sensibilidade – «a vida da arte» – alimentada por «entes vivos» que sentem (Pessoa 1986z, 229-230). A subjugação acontece por esse sentir, sentido e para ser sentido, se impor antigregariamente sem contemplações para com terceiros. O geral, o humano, o exterior recolhem-se por linguagem translata ao particular, pessoal e interior dominando o destinatário. A sensibilidade desempenha afinal o papel de arma secreta do artista – qual «foco emissor abstracto sensível» subjugando os outros «a sentir o que ele sentiu» (Pessoa 1986z, 233).

III

- 11 Segundo Pessoa, seria imperioso banir a ignorância no seio do «instinto» do povo de Portugal, sendo vital preparar o «como» cuja essência se traduziria no elementar «organizar» em função do patriotismo a alcançar, como afirma em «A Opinião Pública», artigo publicado em *Acção*, órgão do «Núcleo de Acção Nacionalista», n.ºs 2 e 3, de 19 de Maio e 4 de Agosto de 1919 (Pessoa 2000, 157). Percebemos melhor quão vital para Pessoa é o pugnar pelo fortalecimento prático do Patriotismo, que para si não passava desse «instinto social fundamental» e baluarte contra a ignorância (*ibidem*). Organizar Portugal configura, segundo Pessoa sociólogo, o fortalecimento da *opinião pública* e, incólume a igualitarismos liberalistas, também avisadamente, rejeita modelos sociais assentes na «ditadura do proletariado» e consolida o «único instinto social verdadeiro»: o patriotismo (Pessoa 2000, 162, 163, 165, 168, 169). Repudia, impávido, combativas formas de organização social «absurdas», como anarquismo, socialismo, democratismo, por tomá-las como «divinizações da mentira» (Pessoa 1986a, 177), doutrinas que identifica como «decadentes», «pseudo-altruístas» e «crististas», às quais opõe a de regímen educador de um «povo são» e «aristocrata» (Pessoa 2000, 163, 167, 164, 169). E já que o organizar de Portugal também é essência da sua criação literária, constatamos nesta sua perspectiva uma postura de «homem prático» em busca de uma solução laica combativa o suficiente para debelar todo o resto de laicismo de «ideologia cristã», como refere em «Como Organizar Portugal» (1919) (Pessoa 2000, 133, 135-6, 137-8). Afinal que solução prática concebe em função dos conceitos ideológicos que propugna como antídoto contra aquelas supracitadas «doenças sociais» (Pessoa 2000, 170)? Baseando-se no fortalecimento de «outro tipo de mentalidade», declarava-se em favor da criação de outra elite capaz de liderar a *opinião pública*, garante o bastante do surgimento de uma nova aristocracia atenta necessariamente ao regímen republicano, mas de cariz presidencialista, no qual os poderes executivo e legislativo continuariam autónomos – tal como no texto (presumivelmente de 1918-9) intitulado «O Sentido do Sidonismo» (Pessoa 1986a, 158-9) – enquanto alternativa a uma solução demasiado socializante, a-nacional, realizada por «democráticos» do Partido Republicano liderados por «sub-homens» (Pessoa 1986a, 82) como Afonso Costa, de cuja inteligência presbíope, colocada em questão, se distanciava acerrimamente em «Considerações Pós-Revolucionárias» (Pessoa 1986a, 48-9, 59-61), porquanto não tomava por ajustadas as instituições republicanas ao futuro de modernidade que previa para Portugal que carecia de partido novo para evitar uma «sociedade em plena desintegração» (Pessoa 1986a, 48-50, 59-60, 46). Para Pessoa, era imperioso «raciocinar» preparando a adaptação a um futuro cuja modernidade se impunha introduzir em Portugal (Pessoa 1986, 48-9). E quanto a este particular era necessário pugnar por não despreciando o senso-comum ou raciocinar, cujo respeito importaria assimilar para derrubar, por uma opinião pública combativa, esses males coevos de ideologia «demasiado socializante» e «demasiado não nacional» (Pessoa 1986a, 48-9, 51). Só vislumbrava um poder exercido pelos mais competentes, oriundos das mais proficientes forças sociais, reunidas em colégio de eleitos para os escolher. Para si, só os mais aristocráticos, insígnies e cultos estariam aptos para constituir um governo, tal qual esclarece em «Teoria da República Aristocrática» (Pessoa 1986b, 98-103).
- 12 Este o princípio prático enunciado em «Nacionalismo Liberal», presumivelmente dos anos trinta, segundo A. Quadros: «reforma», tomada por garantia devida ao «viver», a

essência de todas as liberdades, em função da qual Pessoa desenha estes desígnios para Portugal (Pessoa 1986b, 91-93).

- 13 Na verdade, ainda que munido de um discurso sob a voz de Bernardo Soares (Pessoa 1998, 255-6), afirmando-se patriota o bastante para, desprovido de sentimento «político ou social» enquanto cidadão de pátria portuguesa: a sua língua, não menos a coloca ao serviço da libertação de seus semelhantes justamente pela prestidigitação de linguagem comum a «toda a gente», que assim vê conferida pela arte a própria «existência real dos outros» através da «mentira», «arma por natureza social» que impende sobre a «nossa alma profunda», mudança estrutural através de fingimento aplicado em fala (Pessoa 1998, 255-7). Objectivamente, defende uma «República Aristocrática» como indispensável momento de transição para aceder a um futuro regímen dos regímenes, uma «monarquia presidencialista» sob a gestão da «oligarquia dos melhores» (Pessoa 1986b, 102-3), porque exclusivamente ajustada à Nação imperial como tomava a de Portugal e como declara em «Nota Biográfica» (1935) (Pessoa 1986z, 253).

IV

- 14 Não admira afinal que tomasse Portugal como inincluível no grupo dos povos latinos, caracterizados por inércia e paixão, ao qual destinava a França que tomava por tão centralizadora quanto indisciplinada. A Portugal só deveria importar, como criador de civilização, em emulação da inglesa, capaz de «ibericidade espiritual», a flexão prática da realização de um «imperialismo de cultura» – no seio de uma confederação ibérica –, esgotando-se num cosmopolitismo unificador de espírito mediterrânico e atlântico e assumindo a síntese entre as culturas ibérica, romana e árabe. A defesa de um imperialismo de cultura em consociação com Espanha como forma de afirmação internacional, corroborando o regímen republicano liderado por uma elite aristocrática «matutina», sem menosprezar o apoio de Inglaterra nem enaltecer as capacidades disciplinadamente organizadoras ingénitas da nação alemã, denunciam uma obsessão maior: (1) a criação de um Supra-Portugal, (2) a superação da corrupção aceite pela Monarquia, (3) a superação da desordem permitida pela República. Como intelectual, mas homem prático, Pessoa giza um equilibrado plano-fiel entre liberais e conservadores, sem deixar de ter em conta o passado da nação portuguesa.
- 15 A tese da «federação peninsular» – anteriormente defendida pelos republicanos Henriques Nogueira e Latino Coelho, em 1850, e T. Braga e S. Magalhães Lima, em 1870 – denota não só a tradição do pensamento republicanista, fundamentada na necessidade de autonomia face à restante Europa monárquica, como o ensejo de consolidar, quer a soberania nacional, quer simultaneamente a fraternia universal (França 1848). Refira-se que o 1.º Directório do PRP (1883) abraçou os ideais do movimento revolucionário de 1848 (Ramos 2008, 71-2). A esquerda constitucional, em vez da manutenção da tradicional aliança com Inglaterra, preferira a aliança natural com Espanha, a fim de manter viva a questão-*Ultimatum* (1890), assim como o clima de insurreição popular contra a ocupação inglesa do território português (Ramos 2008, 69). Pessoa não foi por certo estranho, quer ao pensamento republicanista, quer à denúncia das tendências anglófilas do rei D. Carlos (Ramos 2008, 64-5), todavia não descurou a aliança entre Inglaterra e Portugal – não se referindo nos mesmos moldes a França, à qual a Inglaterra se uniu para, recolhendo as melhores simpatias no continente, mais sólida se apresentar frente à Alemanha na gestão europeia das colónias africanas.

Pessoa apenas poderia incentivar – *Sursum corda!* – a alma nacional para que, perante o assédio intelectual de todos os que não reconhecendo valor à consciência nacional voltassem a cair na tentação de: 1) ceder ao *Ultimatum* inglês, permitir que a fonte de investimento financeiro brotasse de França como sucedera em 1891 quando Conde Valbom – MNE – reconheceu que «o eixo à volta do qual gravitam todas as nossas operações financeiras está em Paris» (Ramos 2008, 59). Pessoa tomava como amiga a nação inglesa, cujas importações desceram de 44% para 29% entre 1870 e 1901, ao contrário do que sucedia com as importações oriundas da Alemanha, as quais acusaram uma subida de 2,8% para 16% durante o mesmo período (Ramos 2008, 59). E não menosprezará a jurisdição portuguesa sobre territórios africanos do Atlântico e do Índico; ao destacar o entendimento de Portugal com as culturas da América do Sul, sabia estarem as colónias de África algo mais seguras em virtude do tratado secreto de Agosto de 1898, através do qual a Alemanha renunciava à influência sobre o território da África do Sul, passando a reconhecer a respectiva influência britânica. Defender a «Confederação Ibérica» significava situar Portugal em contexto europeu munido de maior autonomia face à supremacia financeira de França, sem deixar de contar com o apoio diplomático inglês na Europa e em África e sem nunca perder de vista a recuperação da influência no Norte de África, e ao mesmo tempo sem emular o que de melhor a Alemanha soubera reter do património imperial deixado por Roma; significava também pretender beneficiar do legado árabe, a fim de iniciar uma unidade civilizacional no Sudoeste atlântico da Europa. Não será Pessoa apenas esse criador de heterónimos literariamente convenientes à expressão do seu *modus operandi* literário, mas sobretudo criador de uma Terra solidamente hodierna, e coeva, a qual quer que seja assumida enquanto palco de efectiva acção dramática cuja hígida forma-de-sinceridade, à luz do seu bem admirado Shakespeare, passa da expressão histórico-sociológica para a histórico-literária com invejável destreza. Em «Essência do Comércio – Estudo económico, psicológico e social dos mercados» (1926) (Pessoa 1986b, 141-2), Pessoa apresenta um exemplo de «adaptação ao meio» em época ligeiramente anterior à da I Grande Guerra, ao constatar o confronto entre políticas comerciais – a alemã e a inglesa –, no qual destaca a bem-sucedida alemã por ter arrasado, no garantido mercado inglês de taças para ovos quentes na Índia, o preço do produto mas não a sua qualidade (Pessoa 1986b, 141-2): «Os ovos das galinhas indianas eram (...) ligeiramente maiores que os das galinhas da Europa, ou, pelo menos das da Grã-Bretanha (...). Os Alemães notaram isto e fizeram taças ligeiramente maiores, próprias para receberem esses ovos. (...) [Os alemães] Tinham resolvido (...) o problema de comer o ovo de Colombo» (Pessoa 1986b, 142).

BIBLIOGRAFIA

PESSOA, Fernando. 1979a. *Da República (1910-1935)*, ed. Joel Serrão. Lisboa: Ática.

PESSOA, Fernando. 1979b. *Sobre Portugal – Introdução ao Problema Nacional*, ed. Joel Serrão. Lisboa: Ática.

- PESSOA, Fernando. 1980. *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*, ed. Joel Serrão. Lisboa: Ática.
- PESSOA, Fernando. 1986a. *Páginas de Pensamento Político 1910-1919*, ed. A. Quadros. Mem Martins: Europa América.
- PESSOA, Fernando. 1986b. *Páginas de Pensamento Político 1925-1935*, ed. A. Quadros. Mem Martins: Europa América.
- PESSOA, Fernando. 1986x. *Portugal Sebastianismo e Quinto Império*, ed. A. Quadros. Mem Martins: Europa-América.
- PESSOA, Fernando. 1986z. *Textos de Intervenção Social e Cultural – A Ficção dos Heterónimos*, ed. A. Quadros. Mem Martins: Europa-América.
- PESSOA, Fernando. 1993. *Pessoa Inédito*, ed. T. Rita Lopes. Lisboa: Horizonte.
- PESSOA, Fernando. 1995. *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*, 1.^a ed. A. Quadros. Mem Martins: Europa-América.
- PESSOA, Fernando. 1998. *Livro do Desassossego*, ed. Richard Zenith. Lisboa: Assírio & Alvim.
- PESSOA, Fernando. 1999. *Correspondência 1905-1922*, ed. Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio & Alvim.
- PESSOA, Fernando. 2000. *Crítica – Ensaios, Artigos e Entrevistas*, ed. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Assírio & Alvim.
- MARQUES DE ALMEIDA, J.; R. Ramos. 2008. *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal – Séc. XIX e XX*. Lisboa: Cosmos/I. Defesa Nacional.
- RAMOS, R. 2008. «A Revolução republicana de 1910 e a Política Externa Portuguesa». In *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal Séc. XIX-XX*, ed. J. Marques de Almeida e R. Ramos, 55-94. Lisboa: Cosmos/I. Defesa Nacional.
- RIBEIRO, A. Sousa. 2002. “‘A Tradition of Empire’: Fernando Pessoa and Germany”. In *Atlantic Poet’s Turn in Anglo-American Modernism*, ed. I Ramalho dos Santos, 202-9. Hannover, N.H.: University Press of N. England.
- SCHUTTE, J. 2005. *Einführung in die Literaturinterpretation*. Stuttgart, Weimar: Metzler.
- STEINMETZ, H. 1996. *Moderne Literatur Lesen- Eine Einführung*. München: Beck.
- VIETTA, S. 2007. *Der Europäische Roman der Moderne*. München: W. Fink.

RESUMOS

Fernando Pessoa, a par de diatribes ao régimen republicano implantado em Portugal a 5 de Outubro de 1910, enuncia como e porquê o verdadeiro régimen político português: «república nova», promoverá liberdade e humanismo autênticos sob a organização de um escol de eleitos indispensáveis ao «Império de Cultura» capaz de colocar Portugal de novo como grande potência europeia constituindo uma «Confederação Ibérica», assim cultive a virtude da nação germânica.

Fernando Pessoa didn't avoid his harsh criticisms against the republican regime and the republican party of Portugal after the fall of the Portuguese monarchy on the 5th of October 1910. He proposes a new political regime: «new republic» which challenge was to promote liberty and humanism under the organization of an essential and ruling elite which scope was to place Portugal again among the top European nations, forming with Spain an «Iberian Confederation»,

and emulate capital virtues of the German nation as well as giving birth to the so called «Empire of Culture».

ÍNDICE

Keywords: Pessoa and Germany, borders literature-history, modernity, Portugal-I Republic

Palavras-chave: Pessoa-Alemanha, fronteira literatura-história, modernidade, Portugal-I República

AUTOR

FERNANDO RIBEIRO

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. f.ribeiro@fcsb.unl.pt

Professor Auxiliar (1996) de Nomeação Definitiva (2002), leccionando nas Licenciaturas em Línguas Literaturas e Culturas Modernas e em Tradução, e ainda nos Mestrados em Línguas Literaturas e Culturas e em Tradução, ambos na variante Estudos Alemães no Departamento de Línguas Culturas e Literaturas Modernas da FCSH/NOVA. Professor Doutor da Secção de Estudos Alemães, é igualmente Investigador Integrado do CHAM - NOVA FCSH—UAc. De entre os seus interesses principais destacam-se aspectos das relações Alemanha-Portugal nos campos da cultura e da literatura.

BA in English-German Studies, U. Lisbon (1981), DAAD Scholarship holder at University of Osnabrück (1982-1983), MA in Modern German Literature (1988), U. Nova de Lisboa, PhD in Modern German Literature (1996), U. Nova de Lisboa. Researcher at CHAM-FCSH-UNL since 2009. Lecturer of 18th, 19th and 20th Century German Literature and Culture at FCSH-UNL since 1984. He teaches, researches, translates and publishes on German-speaking authors such as Lessing, Hesse, Kafka, Zweig and Jung, and also studies the main features of German Culture reflected in the works of Portuguese writers such as Almeida Garrett, A. O'Neill, A. de Castro Osório and Fernando Pessoa.